

## **Construindo o conceito de economia criativa no Brasil** Política cultural no contexto neodesenvolvimentista brasileiro<sup>1</sup>

Leonardo DE MARCHI<sup>2</sup>

Centro Universitário de Volta Redonda Fundação Oswaldo Aranha, Volta Redonda, RJ.

### **Resumo:**

O objetivo deste artigo é (a) compreender a especificidade da adoção do termo economia criativa pelo MinC e (b) alinhar essa nova política cultural ao conjunto de políticas neodesenvolvimentistas dos recentes governos do PT. A hipótese do trabalho é que tal adoção pelo atual governo brasileiro implica uma modificação de princípios básicos da política cultural baseada na ideia de economia criativa. Adotando-se a abordagem das variedades de capitalismo, realiza-se uma análise comparativa dos princípios das políticas de economia criativa na Grã-Bretanha e no Brasil. Conclui-se que há diferenças entre as concepções de políticas culturais adotadas nesses dois países mesmo que sob a bandeira da economia criativa.

**Palavras-chave:** economia criativa; desenvolvimento; políticas culturais; variedades de capitalismo.

### **1. Introdução**

A criação da Secretaria da Economia Criativa (SEC), vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), em 2011, pode ser considerada um ponto de inflexão na história recente das políticas culturais no Brasil, por variados motivos. Um deles é que tal secretaria dá norte à inicialmente conturbada gestão de Ana de Hollanda à frente desse ministério. Outro é que a adoção do termo “economia criativa” implica uma ruptura na orientação na história das políticas culturais no país, inclusive com a dos dois primeiros mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT), como se argumentou em outro artigo (DE MARCHI, 2012). Naquela oportunidade, contudo, não foi possível abordar um terceiro e decisivo aspecto distintivo, qual seja, seu alinhamento ao conjunto de políticas econômicas e sociais implementadas pelos recentes governos petistas e que pode ser rotulada como “neodesenvolvimentismo”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, XII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ, e-mail: [leonardodemarchi@gmail.com](mailto:leonardodemarchi@gmail.com)

A leitura do *Plano da Secretaria da Economia Criativa* (MINC, 2011) deixa patente que, a despeito de reconhecer a centralidade que o discurso sobre economia criativa adquire no debate sobre políticas de cultura e de comunicação no cenário internacional, os *policy makers* do MinC apresentam uma postura reticente em relação à experiência britânica de economia criativa, considerada adequada apenas para os interesses do governo daquele país. Em busca de uma abordagem alternativa, propõem dar outro significado às políticas de economia criativa, especificamente, relacioná-las aos princípios do novo desenvolvimento adotados pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) desde sua chegada ao poder. Essa proposta abre todo um novo campo de discussões sobre o tema. Ao contrário do que os críticos sugeriram, a adoção da bandeira da economia criativa não caminha necessariamente em um único sentido. Parece depender das condições institucionais e conjunturais do quadro político-econômico de cada contexto em que é adotada (CUNNIGHAM, 2009).

Assim sendo, o objetivo deste artigo é (a) compreender a especificidade da adoção do termo economia criativa pelo MinC e (b) alinhar essa nova política cultural ao conjunto de políticas dos recentes governos do PT, que são aqui categorizados como neodesenvolvimentistas. A hipótese do trabalho é que tal adoção pelo atual governo brasileiro implica uma modificação de princípios básicos da política cultural baseada na ideia de economia criativa, em particular conforme foi realizada pelo governo trabalhista britânico nos anos 1990. Aspectos como o papel do Estado no fomento da produção criativa e o tipo de inserção do país na economia internacional são aspectos que trazem novidades em relação a outras experiências internacionais. Adotando-se a abordagem das variedades de capitalismo (DINIZ, 2010; HALL; SOSKICE, 2001), busca-se demonstrar as diferenças entre as concepções de políticas culturais adotadas nesses dois países mesmo que sob a bandeira da economia criativa.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira parte, caracteriza-se o que tem sido chamado por economistas políticos e politólogos de novo desenvolvimentismo, ou neodesenvolvimentismo, sublinhando a participação do Estado na economia, além do caráter ético das políticas públicas de desenvolvimento. Na segunda, relaciona-se a adoção do termo “economia criativa” à reforma pela qual passava, nos anos 1990, o partido trabalhista britânico. Em seguida, faz-se o mesmo com o caso brasileiro, articulando a adoção do termo ao neodesenvolvimentismo petista. Conclui-se considerando esses dois casos à luz da abordagem de variedades de capitalismo.

## 2. Caracterizando o neodesenvolvimentismo latino-americano

A compreensão desse fenômeno político e econômico na América do Sul que os estudiosos classificam de “neodesenvolvimentismo” exige considerar dois outros que lhe antecedem e lhe significam: por um lado, a falência do projeto neoliberal no continente após os anos 1990 e, por outro, a revisão crítica em relação às políticas desenvolvimentistas das décadas de 1930 a 1970.

Não constitui equívoco afirmar que os países latino-americanos possuem um papel de destaque na história do neoliberalismo. Como historiadores e comentaristas observam (BRESSER-PEREIRA, 2011; HARVEY, 2011), desde a década de 1970, muitos governos locais abrigaram jovens economistas que saíam de doutorados nos Estados Unidos e na Inglaterra e tentaram implantar as então inovadoras ideias de retomada do liberalismo. Não obstante, é ao longo dos 1990 que, sob o consenso de Washington, diferentes governos eleitos assumem políticas que podem ser classificadas como de tendência neoliberais. Isto é, os diferentes governantes que chegam ao poder naquela década não assumem de forma plena ou homogênea um conjunto de políticas liberais. O que de fato os alinha sob o rótulo do “neoliberalismo” é concordar em que o projeto político-econômico desenvolvimentista havia falido e que era preciso rever, portanto, o papel do Estado na economia e na sociedade. Daí a adoção de algumas medidas comuns como: (a) uma política econômica monetarista para controlar a inflação, (b) privatizações de empresas públicas e (c) a defesa dos mecanismos de mercado como forma mais eficiente de se conduzir a economia e a política.

Por diversos motivos que escapam ao escopo deste artigo, o projeto neoliberal latino-americano foi incapaz de gerar crescimento econômico sustentado em longo prazo. De acordo com economistas e politólogos, as crises financeiras internacionais do final da década e a insistência nas medidas monetaristas que visavam à estabilidade econômica acabaram por minar o crescimento econômico desses países, gerando insatisfação em diversos setores dessas sociedades. Assim, a partir dos anos 2000, inicia-se uma onda de eleições de partidos ou coligações de orientação de centro-esquerda ou esquerda, cujas propostas de campanha traziam como marca distintiva um patente antineoliberalismo.

Da mesma forma que no caso do neoliberalismo, também entre esses governos é possível notar graus bastante distintos de implementar uma nova agenda político-econômica. Não obstante, analistas concordam em que todos esses novos governos defendem certo grau de intervenção estatal na economia, a fim de estabelecer uma correlação entre crescimento econômico e igualdade social. Neste sentido, pode-se definir essa nova tendência política como “neodesenvolvimentismo”, entendendo-o como “[...] um modelo ainda em formação, que postula a construção de um espaço de coordenação entre as esferas públicas e privadas, com o objetivo de aumentar a renda nacional e os parâmetros de bem-estar social” (BOSCHI; GAITÁN, 2008, p. 306).

É importante destacar no neodesenvolvimentismo sua relação crítica com a experiência desenvolvimentista anterior. O desenvolvimentismo pode ser classificado como a ideologia de busca da melhoria das condições de vida das sociedades de nações periféricas no capitalismo internacional através de projetos econômicos nacionalistas que se definiam por dar a ênfase na industrialização, através da substituição de importações e do protecionismo, como meio de superação do subdesenvolvimento interno e afirmação da soberania política no plano internacional e pela intervenção direta do Estado na economia, através do planejamento e da criação de monopólios estatais (BIELCHOWSKY, 2000, p. 7). Entre os anos 1930 e 1970, certos Estados latino-americanos assumiram a função de promover a industrialização de suas economias, buscando concomitantemente inserir as massas urbanas à esfera política. Não obstante, contradições internas acarretaram sua falência nos anos 1980 (cf. BRESSER-PEREIRA, op. cit.).

Os recentes governos desenvolvimentistas latino-americanos apresentam dois tipos de diferenças em relação ao tradicional desenvolvimentismo, econômicas e políticas. Bresser-Pereira (op. cit.) é bastante feliz ao observar que os governos neodesenvolvimentistas se destacam no plano econômico fundamentalmente pelo papel que o Estado deve exercer na economia. No desenvolvimentismo clássico, o Estado agia como produtor direto, através de empresas estatais, obtendo capital para investir em setores-chave da economia na qual a iniciativa privada não teria capacidade de fazê-lo a contento. Atualmente, o processo de industrialização já se concretizou e existe uma economia de mercado nesses países. Assim, o Estado tende a assumir um papel normativo, de facilitação e regulação das atividades privadas. Outro aspecto importante para a presente discussão é que, se a industrialização era o principal objetivo das

políticas econômicas desenvolvimentistas, os governos neodesenvolvimentista buscam ampliar as economias nacionais apostando em outros setores produtivos, como o *agrobusiness* e mesmo o setor da cultura. Isto evidencia que as políticas econômicas neodesenvolvimentistas não visam apenas gerar o crescimento interno dos mercados, mas também há um forte ímpeto de expansão internacional. Isso faz com que a antiga política de substituição de importações seja suplantada por uma política que visa alcançar uma competitividade internacional.

No entanto, a parte econômica do neodesenvolvimentismo não pode ser dissociada do aspecto político. Afinal, a *raison d'être* do intervencionismo estatal atual é justamente a subsumir a lógica de mercado à da política. É interessante notar nos textos de ciência política a caracterização do desenvolvimentismo como uma abordagem economicista, identificando de forma direta e linear crescimento econômico e igualdade social. Em oposição, o neodesenvolvimentismo é identificado com valores éticos, equalizando demandas de equidade social com as de sustentabilidade ambiental-econômica visando ao bem-estar coletivo (DINIZ, 2010). Assim, assume-se o conceito de desenvolvimento como liberdade, de acordo com o qual a liberdade constitui o fim e o meio para o desenvolvimento (SEN, 2010).

Outro aspecto distintivo é o compromisso com a democracia e o pluralismo. Se anteriormente foi possível associar o desenvolvimento econômico a regimes autoritários (de esquerda, em Cuba, e de direita na América do Sul) os recentes governos neodesenvolvimentistas têm reafirmado a defesa da democracia como única forma para promover o novo desenvolvimento, rompendo assim com uma tradição de instabilidade política que se resolvia via de regra através de golpes de Estado (BOSCHI; GAITÁN, op. cit.; DINIZ, op. cit.). Mais do que isso, tais governos assumem a necessidade de equalizar, organizar e orientar as diversas demandas sociais que emergem dessas sociedades crescentemente pluralistas. Assim, o Estado e suas instituições se colocam como agente mediador entre as demandas de diversos atores sociais e menos como instrumento de um grupo ou classe social.

No Brasil, ele é identificado a partir da eleição do Presidente Luís Inácio “Lula” da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2002. Como observam estudiosos (DINIZ; BOSCHI, 2007), a chegada ao poder de Lula esteve envolta em uma série de acomodações e concessões que o PT teve de fazer desde a época de campanha. Após a eleição, o primeiro mandato de Lula foi marcado por tensões entre mudanças e

continuidades com o governo anterior (DINIZ; BOSCHI, *ibid.*). Não obstante, alterações na política externa (posicionamento mais independentista e busca de reconhecimento do país como potencia emergente), na política econômica (dando ênfase à indústria nacional) e também na social (políticas de redistribuição de renda e inclusão social) deram ao longo do tempo características próprias para os mandatos de Lula que seriam críticas para a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff (PT), em 2010.

### **3. A construção de um conceito neodesenvolvimentista de economia criativa**

É interessante notar que um dos ministérios em que logo se perceberam mudanças entre os mandatos do PT e do PSDB foi justamente o Ministério da Cultura. Conforme afirmam especialistas em políticas culturais no Brasil, a chegada ao poder de Luís Inácio “Lula” da Silva marca um ponto de inflexão na história recente do MinC. Ao longo do mandato de seus dois ministros da cultura, Gilberto Gil e Juca Ferreira, buscou-se realizar (a) uma retomada do papel ativo do Estado no fomento da produção cultural, (b) a abertura de diálogo à sociedade brasileira, através de diversas modalidades de consultas públicas sobre pontos nevrálgicos de sua agenda política (como a revisão dos direitos autorais) e (c) a ampliação do conceito de “cultura” não mais restrito às concepções de patrimônio histórico, belas-artes ou indústrias culturais, mas como “todo um modo de vida” (RUBIM, 2010).

Quando a presidente Dilma Rousseff indicou para a pasta de cultura Ana Maria Buarque de Hollanda (cantora, compositora e funcionária da Funarte, além de ser irmã do cantor e compositor “Chico” Buarque de Hollanda), acreditava-se que a se dariam continuidade às políticas do período anterior. Todavia, desde logo, a nova ministra preferiu adotar uma postura independente, inclusive assumindo um discurso de revisão de certas medidas do mandato anterior, o que causou descontentamento e conflitos com entusiastas de Gil-Ferreira. Acusada de ausência de clareza em sua política, no final de 2011, cria a Secretaria da Economia Criativa (SEC) cujo documento deixa patente a centralidade que a economia criativa gozará em sua gestão no MinC. A leitura do *Plano da Secretaria da Economia Criativa* (PSEC) revela uma busca consciente dos *policy makers* do MinC por outro conceito de economia criativa, que seja mais adequado às metas e políticas do governo de Dilma Rousseff do que aquele formulado pelo partido trabalhista britânico nos anos 1990. Essa vontade levanta interessantes questões a serem

analisadas: por que adotar o termo economia criativa? O que significa adotar essa política cultural em um contexto neodesenvolvimentista latino-americano? Como essa política se articula aos marcos da política dos governos do PT, se é o que o faz?

Para tentar responder a essas questões, analisa-se o caso britânico, buscando articular a política da economia criativa à experiência política da chamada terceira via do New Labour. Em seguida, articula-se a adoção do termo economia criativa pelo MinC aos princípios neodesenvolvimentistas petistas.

### *3.1. A Terceira Via do Novo Trabalhismo britânico e o conceito de economia criativa*

O paradigma das políticas de comunicação e cultura baseadas no conceito de economia criativa é, sem dúvida, a experiência britânica. Com efeito, a defesa de uma economia criativa tornou-se um verdadeiro cartão de visita do reformado Partido Trabalhista inglês ou *New Labour*. Mesmo antes que chegasse ao poder, o Novo Trabalhismo liderado por Tony Blair já havia sinalizado uma significativa mudança nos rumos de suas políticas de comunicação e cultura ao substituírem o termo “indústrias culturais”, emblema das políticas para cultura e comunicações do partido desde os anos 1970, por “indústrias criativas” em seus documentos oficiais. Tal alteração gerou desconfiança e críticas entre antigos intelectuais partidários.

A mais conhecida é a de Nicholas Garnham, conhecido pesquisador inglês de economia política da comunicação e um dos articuladores das políticas culturais baseadas no conceito de indústrias culturais do “velho” trabalhismo britânico. Em um artigo que se tornou referência no debate sobre economia criativa, Garnham (2005) realizou uma arguta crítica ideológica do termo “indústrias criativas”. Em primeiro lugar, apontava o caráter economicista da nova política cultural, afirmando que o interesse do governo trabalhista seria encontrar uma solução para a crise econômica e social gerada pela desindustrialização da Inglaterra nas décadas anteriores. Além disso, representava uma estratégia de inserção na economia internacional globalizada. Em segundo, demonstrou que o termo “economia criativa” apresentava certa imprecisão conceitual interessada, o que permitia aos trabalhistas colocarem sob o mesmo guarda-chuva atividades díspares como as belas-artes, as indústrias culturais, a arquitetura e design e, mais importante, a indústria de informática (hardware e software). Assim, continua o autor, iniciava-se uma drástica mudança de rumos nas políticas culturais

trabalhistas, favorecendo uma abordagem economicista em relação à cultura que privilegiava a competitividade das empresas de cultura (produção) mesmo que em detrimento do acesso democráticos aos bens culturais (circulação e consumo).

Não obstante a sofisticação da crítica de Garnham, a imagem que emergia ao final de seu texto era a de que o Novo Trabalhismo adotara *tout court* a agenda neoliberal da era thatcherista. Hoje é possível afirmar que essa é uma apreciação parcial e problemática, que revela certo “acerto de contas” entre velhos conhecidos nas entrelinhas do debate intelectual.

Assumindo uma posição mais cuidadosa, David Hesmondhalgh (2005) busca demonstrar que as políticas para a comunicação e cultura do Novo Trabalhismo devem ser compreendidas fazendo-se referência ao processo de redirecionamento das posições do partido frente à globalização e à era Thatcher. Esse autor prefere classificar o Novo Trabalhismo como um híbrido de neoliberalismo, conservadorismo e socialdemocracia. Tal excêntrica classificação significa que, por um lado, os novos trabalhistas mantiveram-se fiéis aos princípios básicos da agenda do partido ao que diz respeito às políticas para as telecomunicações e cultura, em especial, a defesa dos serviços públicos nessas áreas. Por outro, os trabalhistas implementaram certas medidas que, na prática, assumiam uma postura liberalizante, defendendo as leis de mercado como principal ferramenta de seleção e organização das atividades produtivas, o que contraditoriamente acabava minando os tradicionais parâmetros do serviço público.

É nesse cenário ambíguo que se deve entender as políticas baseadas no conceito de economia criativa, sugere o autor. Ao assumirem o poder, os novos trabalhistas transformaram o Departamento do Patrimônio Nacional (*Department of Cultural heritage*) no Departamento para Cultura, Mídia e Esportes (*Department for Culture, Media and Sport*), revelando suas intenções de abandonar o debate sobre cultura como patrimônio cultural e associá-la a tendências contemporâneas no mercado do entretenimento. Em seguida, substituíram o termo “indústrias culturais” por “indústrias criativas”. O projeto “Grã-Bretanha Criativa” (*Creative Britain*) apresentava as indústrias criativas não apenas como uma força cultural importante na contemporaneidade, mas como uma força econômica crítica na Grã-Bretanha. Assim, sugeria-se um ambicioso plano segundo o qual o Estado fomentaria as diversas cadeias produtivas dos setores criativos nas áreas de telecomunicações e cultura, mas deixando ao empreendedorismo individual a missão de desenvolver novos negócios. Isso significa

que, sem abdicar de sua parte no fomento das atividades criativas, o Estado britânico colocar-se-ia como facilitador de atividades privadas. Dessa forma, pouco se fez para equilibrar as diferenças gritantes de poder entre grandes empresas de comunicação e entretenimento e pequenas empresas, para não mencionar as distorções que o partido admitiu no conceito de interesse público.

Hesmondhalgh defende que o contexto de globalização econômica representava um vetor crítico para explicar as políticas ambíguas dos novos trabalhistas e sugere que os novos trabalhistas fizeram o possível para garantir um mínimo de participação do Estado na defesa do interesse público. De forma geral, concorda-se em que a conjuntura histórica é fundamental para explicar a forma e as consequências de qualquer política. Porém, especificamente, é preciso observar que outros governos que adotaram a bandeira da economia criativa, encarando as condições semelhantes, assumiram uma postura distinta. Cumpre estabelecer, portanto, um parâmetro de análise dessas experiências internacionais em políticas de comunicação e cultura.

### *3.2. O neodesenvolvimentismo petista e a política cultural da economia criativa*

Conforme observado, o termo “economia criativa” ganha força no Estado brasileiro apenas com o advento dos governos do PT, em particular no mandato de Dilma Rousseff. Em si, esse já é um aspecto interessante. Afinal, desde a experiência britânica, as políticas de economia criativa têm sido identificadas com governos de tendência neoliberal, sendo entendidas como uma postura liberalizante pró-mercado.

O primeiro passo para entender o significado desse fenômeno reside em observar como o MinC é inserido no contexto das políticas do governo Lula-Dilma. Isso se nota no discurso de posse da ministra, realizado em 03 de Janeiro de 2011. Nessa oportunidade, a ministra faz questão de alinhar as atividades do ministério às metas e políticas do governo de Lula-Dilma Rousseff. Ao princípio de sua fala, observa que:

A política cultural, no governo do presidente Lula, abriu-se em muitas direções. [...] Sua principal característica talvez tenha sido mesmo a de perceber que já era tempo de abrir os olhos, de alargar o horizonte, para incorporar segmentos sociais até então desconsiderados. [...] Quero adiantar, também, que o Ministério da Cultura vai estar organicamente conectado – em todas as suas instâncias e em todos os seus instantes – ao programa geral do governo da presidente Dilma. Às grandes metas nacionais de erradicar a miséria, garantir e expandir a ascensão social, melhorar a qualidade de vida nas cidades brasileiras, promover a imagem, a presença e a atuação do Brasil no mundo. A chama da cultura e da criatividade cultural brasileira deverá estar acesa no coração mesmo de cada uma dessas grandes metas. (HOLLANDA, 2011).

A seguir, sublinha o papel estratégico que a cultura deve no processo de crescimento econômico que o país vem experimentando nos últimos anos:

Até aqui, essas pessoas [que têm ascendido socialmente] têm consumido mais eletrodomésticos – e menos cultura. É perfeitamente compreensível. Mas a balança não pode se permanecer assim tão desequilibrada. Cabe a nós [do MinC] alargar o acesso da população aos bens simbólicos. Porque é necessário democratizar tanto a possibilidade de produzir quanto a de se consumir. (HOLLANDA, 2011).

O argumento de Ana de Hollanda de garantir a ampliação do acesso aos bens culturais à população parece repetir, à primeira vista, as mesmas preocupações de governos passados de partidos e coligações alinhadas ideologicamente à esquerda. No entanto, ao ser confrontado com o Plano da SEC, suas palavras ganham outra conotação, pois nele se estabelecem as relações entre cultura, criatividade e desenvolvimento.

Em seu texto introdutório, a ministra destaca a centralidade que o debate sobre economia criativa ganha no cenário internacional e, por conseguinte, a necessidade de se assumi-lo de forma concreta no Brasil. Afinal, observa que a despeito de “ser reconhecido pela sua diversidade cultural e potencial criativo” (PSEC, 2011, p. 7), o Brasil não figura entre as mais importantes economias criativas do mundo. Mesmo sem explicar o que se entende por “diversidade cultural” ou “potencial criativo”, dois termos fluidos, Ana de Hollanda compromete-se a colocar o MinC, através da SEC, à serviço dos princípios do neodesenvolvimentismo petista, de forma mais objetiva do que anteriormente o fizera:

[...] ao planejarmos [no MinC], através da SEC, um “Brasil Criativo”, queremos acentuar o compromisso do Plano Nacional de Cultura com o Plano Brasil sem Miséria, através da inclusão produtiva, e com o Plano Brasil Maior, na busca da competitividade e da inovação dos empreendimentos criativos brasileiros. (SEC, 2011, p. 7).

Essa passagem sim revela (a) a submissão das políticas culturais aos projetos sociais e econômicos do governo petista e (b) a busca pela organização das atividades produtivas como parte de uma economia da cultura. Em suma, entrelaçar crescimento econômico e inclusão social passa a ser a missão do MinC.

Porém, é no texto da secretária de economia criativa, Cláudia Leitão, que se encontram de forma mais bem articulada as relações entre economia criativa e neodesenvolvimentismo. Seu argumento se inicia com uma crítica ao “velho”

desenvolvimentismo, o qual relacionara diretamente crescimento econômico a bem-estar coletivo: “[...] as crises sociais, econômicas, ambientais e culturais que vivemos são expressões concretas de que o modelo moderno de desenvolvimento, fundamentado na acumulação da riqueza e do crescimento do Produto Interno Bruto [que] está em franca decadência” (SEC, 2012, p. 11). Em seguida, defende outra abordagem ao desenvolvimento, qual seja: “desenvolvimento deve significar, sobretudo, qualidade de vida e ampliação de escolhas” (ibid.). É interessante observar que para tratar de neodesenvolvimentismo, ao invés de se referir a Amartya Sen, a secretária se remete ao economista brasileiro Celso Furtado. Isso merece uma rápida consideração.

Ainda que não haja espaço neste artigo para empreender uma análise do sentido de “cultura” na obra de Furtado<sup>3</sup>, pode-se afirmar que esse conceito desempenha papel fundamental ao longo de toda sua obra. Mesmo em sua fase cepalina, sua tentativa de explicar o caráter endógeno da industrialização do Brasil requereu uma análise das condições históricas que geravam sistema de valores distintos que conduziram as diferentes fases da economia nacional. Não obstante, é em sua fase pós-cepalina que a “cultura” passa a gozar de um status central em suas preocupações.

Em *Criatividade e dependência na civilização industrial* (1978), Furtado sustenta que a difusão do que ele chama de civilização industrial a partir da Europa gerara uma divisão do trabalho entre países, os industrializados e os agroexportadores, baseada na ideia de vantagens comparativas estáticas criadas pela especialização. Por fatores, em determinado momento do século XX, as nações agroexportadoras iniciaram um processo de industrialização através da substituição de importações. Ao contrário de sua fase cepalina, o que lhe interessa nesse segundo momento é que o processo de industrialização de países agroexportadores privilegiou setores específicos das sociedades locais, suas classes médias ligadas ao dinâmico setor exportador, as quais passavam a emular os hábitos de consumo de suas contrapartidas nos países industrializados. Ao fazerem isso, a trajetória de industrialização desses países convertia-se em um esforço de adaptação de seu aparelho produtivo a tal sofisticada demanda, gerando um descompasso entre a aplicação da tecnologia e o nível de acumulação alcançado no conjunto daquelas sociedades (FURTADO, 1978, p. 50). Tal

---

<sup>3</sup> Há excelentes trabalhos em que se busca desvendar o sentido de “cultura” na obra de Celso Furtado. Veja-se o de César Bolaño, 2010.

descompasso agravava as diferenças sociais internas e produzia novos vínculos de dependência com o exterior, acarretando o fracasso da experiência desenvolvimentista.

No plano da cultura, Furtado insiste em que a emulação do estilo de vida das classes médias dos países industrializados acarreta a alienação da classe média dos países periféricos de suas “raízes” populares, afastando-lhe da vontade política para superar a condição de subdesenvolvimento. Esse argumento é crítico para sua teoria de dependência cultural<sup>4</sup>.

Ao assumir o cargo de ministro da cultura, sua posição sobre o papel da política cultural estaria baseado nesse raciocínio. Na conferência realizada no I Encontro Nacional de Política Cultural (1984 e reproduzido em FURTADO, 2012), afirmou: “sou da opinião de que a reflexão sobre cultura brasileira deve ser o ponto de partida para o debate sobre as opções do desenvolvimento” (ibid. p. 34). Com isso, queria dizer que seria apenas com o resgate da identidade nacional, livre da alienação resultante do modo de vida estrangeiro, que se liberaria a criatividade política necessária para alavancar o desenvolvimento endógeno e independente. Daí a importância de pensar em “quem somos?” e sua opinião sobre a política cultural:

A política cultural que se limita a facilitar o consumo de bens culturais tende a ser inibitória de atividades criativas e a impor barreiras à inovação. Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social o objetivo central de uma política cultural deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade. (FURTADO, 2012, p. 41).

---

<sup>4</sup> Não se pode deixar de notar que ao associar categorias como “cultura”, “alienação” e “inautenticidade”, o argumento de Furtado ecoa o debate sobre desenvolvimento entre intelectuais brasileiros nos anos 1950. Em um interessante ensaio sobre o conceito de cultura nas obras dos intelectuais do ISEB, Renato Ortiz (1994) observa que para os isebianos a superação da condição de subdesenvolvimento brasileiro passava necessariamente pela tomada de alguma “consciência nacional” que lhe permitiria romper com a condição dependente com os países industrializados (nesse sentido, os isebianos estão mais próximos de Hegel que de Marx, deve-se observar). No entanto, o desenvolvimento baseado na importação de produtos importados trazia um problema, qual seja, o de obstruir tal conscientização da condição dependente e subdesenvolvida da nação. Essa relação direta entre dependência econômica e cultural fica explícita na famosa passagem de Roland Corbisier em que este afirma que “importar o produto acabado é importar o ser, que a forma, que encarna e reflete a cosmovisão daqueles que a produziram. Ao importar, por exemplo, o cadillac, o chiclets, a coca-cola e o cinema não importamos apenas objetos ou mercadorias, mas também todo um complexo de valores e de condutas que se acham implicados nesses produtos” (CORBISIER, 1958, p. 69). Como Ortiz sintetiza, “a cultura define portanto um espaço privilegiado onde se processa a tomada de consciência dos indivíduos e se trava a luta política” (op. cit., p. 56). Sem querer afirmar que Furtado foi doutrinado pelo pensamento do ISEB (portanto, discordando da afirmação de Ortiz de que esses intelectuais tenham transformado o debate sobre cultura nos círculos intelectuais do país), sublinha-se a relação estreita do argumento sobre cultura em Furtado e o pensamento isebiano. Afinal, o que interessa a Furtado em relação à cultura, como todo um modo de vida, é justamente que ela permita liberar a vontade política que levaria o país ao verdadeiro desenvolvimento e, portanto, a superação da dependência.

A relação que Furtado estabelece entre liberação da criatividade do povo brasileiro como forma de promover o desenvolvimento, tendo o Estado como agente fomentador e canalizador desse processo, é o que interessa ser retomado pela SEC.

É fundamental perceber que o discurso sobre criatividade do MinC apresenta um forte aspecto político, que chega mesmo a submeter o debate econômico. Não se trata de fortalecer a economia da cultura *per se*, mas: “o desejo e o compromisso do Ministério da Cultura, no Governo Dilma Rousseff, de resgatar o que a economia tradicional e os arautos do desenvolvimento moderno descartaram: a criatividade do povo brasileiro”, como apropriadamente expressa Cláudia Leitão (SEC, 2011, p. 13).

Para tanto, o MinC se outorga o papel de desenvolver uma agenda política “ampla e transversal”. Os obstáculos para a execução desse ambicioso plano já foram discutidos em outro artigo (DE MARCHI, op. cit.) e de fato são publicamente reconhecidos pelo governo. Tampouco há quantidade de medidas implementadas para realizar uma avaliação do desempenho da SEC. De toda forma, está claro que a adoção do termo economia criativa pelo Minc implica sua submissão aos parâmetros do neodesenvolvimentismo e, portanto, uma mudança em relação ao tradicional debate sobre economia criativa.

#### **4. Economia criativa e variedades de capitalismo**

Os casos britânico e brasileiro evidenciam aspectos importantes do debate sobre economia criativa. Desde logo, torna-se incontestado o fato de que a bandeira da economia criativa tornou-se língua franca entre os diversos governos ao redor do globo no que toca às políticas para a cultura e as comunicações. Tendo isso em conta seria legítimo sugerir que suas políticas de cultura e comunicação tendessem a seguir uma mesma trajetória. No entanto, nada poderia ser mais equivocado. A análise comparativa dos dois casos revela que as políticas culturais podem seguir caminhos distintos, dependendo dos arranjos políticos e institucionais historicamente formados em diferentes contextos (regionais, nacionais, internacionais).

É o que demonstra, em um instigante artigo, Stuart Cunningham (2009) ao realizar uma comparação entre os diferentes países que adotaram a economia criativa como base de suas políticas para cultura e/ou comunicação. Ainda que de forma breve, esse autor demonstra que o desenvolvimento dessas políticas, ainda que debaixo de uma mesma bandeira, dá-se de forma absolutamente distinta em diferentes contextos políticos. Isso se deve a uma série de fatores, como as condições institucionais de cada

país, ou seja, as relações entre Estado, empresas e comunidade artística, além da posição dos mercados de cultura na economia de cada nação. No entanto, falta um referencial teórico que lhe permita aprofundar tal discussão.

É nesse sentido que se propõe neste artigo aplicar ao debate sobre economia criativa a abordagem de “variedades de capitalismo” (*varieties of capitalism*). Estes estudos têm ganhado novo fôlego com o ocaso das teorias sobre globalização, de acordo com as quais a emergência de uma economia internacional se daria em detrimento do papel dos Estados nacionais. Os pesquisadores das variedades de capitalismo rechaçam desde logo essa premissa, pressupondo que existem distintas combinações institucionais que condicionam um desenvolvimento peculiar para o capitalismo em cada contexto. Essa é uma abordagem que privilegia a interação entre os atores econômicos, mas que admite o papel dos Estados como coordenadores de diversos esforços que resultam no desenvolvimento econômico e aumento da competitividade das economias nacionais (DINIZ, 2010; HALL; SOSKICE, 2001).

Não é o caso de, neste artigo, fazer um levantamento e avaliação dessa literatura. O que sim se torna relevante é o fato de essa abordagem permitir uma análise da globalização como uma composição de economias nacionais que interagem entre si, competindo ou cooperando, em um cenário político internacional multipolar. Assim, o desempenho de uma economia nacional, ou de certos setores produtivos, exige não apenas uma ação coordenada entre indivíduos e empresas como também reclama uma participação ativa do Estado como regulador e coordenador de ações coletivas, sendo o contrário igualmente válido. Isto é, sem abdicar de uma análise da ação econômica, busca-se articular o papel da política e das instituições.

Esse referencial teórico encaixa-se bem no debate sobre economia criativa. A abordagem das variedades de capitalismo permite entender a adoção de políticas culturais baseadas no conceito de economia criativa como a busca de um governo por inserção de suas empresas e produtos no plano internacional. Essa adoção exige, contudo, uma rearticulação de forças internas cujas consequências estão *a priori* condicionadas aos arranjos institucionais do país.

No caso da Grã-Bretanha, a nova política respondia a certa percepção do partido trabalhista a um contexto de globalização e neoliberalismo, o qual se encaminhou para uma delegação de tarefas do Estado para a iniciativa privada, ao preço de mudar o foco das políticas culturais do polo da distribuição e consumo para o da produção. No Brasil,

o mesmo termo ganha outra conotação na medida em que o interesse de um governo neodesenvolvimentista reside em submeter à lógica política o crescimento econômico. De toda forma, ambos os governos buscaram reformular suas políticas culturais internas a fim de buscar competitividade no plano internacional. Quais os resultados disso, sobremaneira no Brasil, ficam em aberto. De toda forma, está claro o caminho que os estudos sobre economia criativa devem seguir daqui em diante.

### Referências:

- BIELSCHOWSKY, R. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BOSCHI, R.; GAITÁN, F. Intervencionismo estatal e políticas de desenvolvimento na América Latina. **Caderno CRH**, v. 21, n. 53, p. 305-322, Maio/Agosto 2008.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina. No prelo, 2011.
- CORBISIER, R. **Formação e problema da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/ Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- CUNNINGHAM, S. Trojan horse or Rorschach blot? Creative industries discourse around the world. **International journal of cultural policy**, v. 15, no. 4, p. 375-386, 2009.
- DE MARCHI, L. Entre o desenvolvimento econômico e o direito à cultura: uma análise dos usos do termo economia criativa pelo governo brasileiro. Trabalho apresentado no XI Congresso Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación. Montevideú, 2012.
- DINIZ, E.; BOSCHI, R. **A difícil rota do desenvolvimento: empresários e a agenda pós-neoliberal**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.
- DINIZ, E. Estado, variedades de capitalismo e desenvolvimento em países emergentes. **Desenvolvimento em debate**, v. 1, n. 1, p. 7-27, jan-abr 2010.
- FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- FURATDO, Rosa F. A. (org.). **Ensaio sobre cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado: Contraponto, 2012.
- GARNHAM, N. From cultural to creative industries: an analysis of the implications of the “creative approach” to arts and media policy making in the United Kingdom. **International journal of cultural policy**, v. 11, no. 1, p. 15-29, 2005.
- HALL, P.; SOSKICE, S. 2001. **Varieties of capitalism: institutional foundations of comparative advantage**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. 2ª Ed. São Paulo: Loyola, 2011.
- HESMONDHALGH, D. Media and cultural policy as public policy. **International journal of cultural policy**, v. 11, no. 1, p. 95-109, 2005.
- MINISTÉRIO DA CULTURA. **Plano da Secretaria de Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações 2011-2014**. Brasília: Minc, 2011.
- ORTIZ, R. Alienação e cultura: o ISEB. In: \_\_\_\_\_. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.